**A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DO ESTADO DO PARÁ SEMAS/PA**

Referência: processo nº 2016/34079

Notificação N. 146210/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA/2021 de 02.08.2021
SERABI MINERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 04.207.303/0001-30, com sede no Rod. Transgarimpeira, s/n, KM 22, Garimpo Palito, bairro Jardim do Ouro, Itaituba - Estado do Pará, por seu Diretor Luis Severo Araujo Junior, brasileiro, divorciado, Advogado, domiciliado na Avenida Jornalista Ricardo Marinho, 360 - loja 113, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP. 22.631-350, requer a V.Sas. a juntada do termo de compromisso ambiental e ou ajustamento de conduta, protocolos números 2021/24659 e 2021/25986 de 04/08/2021 e 13/08/2021 respectivamente, assinado em 24 de agosto de 2021.

Nestes Termos,

Pede juntada e providências.

Belém, 25 de agosto de 2021

SERABI MINERAÇÃO LTDA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
TERMO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 3/2021
TERMO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO
ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E RECURSOS.

MINERAIS DO BRASIL S.S/RMB

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 34.921.783/0001-68, com sede na Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP nº 66095-770, Belém-PA, neste ato representada por RODOLPHO ZAHLU-TH BASTOS, Secretário Ajunto de Gestão e Regularidade Ambiental, inscrito no RG nº 2381772/PC e CPF nº 442.886.112-53, residente e domiciliado em Belém, Estado do Pará, nos termos da Portaria/SEMAS nº 994, de 02 de julho de 2021, doravante denominada COMPROMITENTE, e de outro lado, **SERABI MINERAÇÃO S.A- MINA PALITO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.207.303/0001-30, com sede administrativa à Rodovia Transgarimpeira, s/n, Km 22, Comunidade Jardim de Ouro, Distrito de Moraes Almeida, CEP: 68189-970, Itaituba-PA, representado pelo diretor, o senhor LUIS SEVERO ARAUJO JUNIOR, brasileiro, divorciado, advogado, portador da identidade 178.967-OAB/RJ e CPF sob o nº 035.547.907-96, domiciliado à Avenida Jornalista Ricardo Marinho nº 360- loja 113, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, doravante denominada COMPROMISSÁRIA:

- CONSIDERANDO a exploração mineral no Estado do Pará como matriz de desenvolvimento regional dependente da harmonia entre as normas ambientais vigentes e a continuidade do processo de desenvolvimento social em bases sustentáveis

- CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, 6º, da lei nº 7.347/1985, conferindo aos órgãos públicos legitimados a prerrogativa para celebrar com o interessado, compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, tendo inclusive eficácia de título executivo extrajudicial;

- CONSIDERANDO o previsto na Lei nº 9.605/98, especialmente em seu art. 79-A, bem como o consolidado em seu regulamento, o Decreto nº 6.514/2008;

-CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 28273/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA/2021;

- CONSIDERANDO que a empresa apresentou a intenção de regularizar a questão e apresentar toda a documentação necessária para continuidade da atividade, o presente termo implica na imperiosidade de:

Regularizar Licença de Operações para bacia de contenção de rejeitos, emitida nos autos do Processo nº 34079/2016.
Firmam o presente Ajustamento do Termo de Compromisso para Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, com amparo no parágrafo 6º, artigo 5º, da lei nº 7347/1985 e no art. 79-A, da Lei nº 9.605/98, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO.

Regularização da Licença de Operação para bacia de contenção de rejeitos, emitida nos autos do Processo nº 34079/2016

SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

Fulcra-se no art. 5º, 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 79-A da Lei nº 9.605/98 e em seu regulamento, o Decreto nº 6.514/2008, tudo em consonância com a Nota Técnica nº 28273/GEMIM/CMINA/DLA/SEGRA/2021, nos autos do Processo nº 34079/2016.

TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. São deveres da COMPROMISSÁRIA:

1 - Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do presente instrumento o que segue:

1.1 - Prestar esclarecimentos quanto ao processo DETOX aplicado à polpa de minério que é descarregada no TQ 001 que corresponde ao tanque de neutralização do cianeto, apresentando: fluxograma do processo com descrição detalhada do mesmo, reagentes químicos utilizados, quantificando o consumo de reagentes por dia, mês e ano, concentração das soluções químicas utilizadas no processo e todas as reações químicas envolvidas no processo de neutralização do cianeto.

1.2 - Reapresentar o estudo de caracterização dos rejeitos de acordo com as Normas Técnicas NBR's 10.004/2004, 10.005/2004 e 10.006/2004, bem como adotar metodologia de análise de acordo com a NBR 10.007/2004, fornecido por laboratório credenciado e independente. Deve ser observado que os rejeitos de acordo a serem caracterizados são os das bacias 16 e 17, os resultados analíticos deverão ser acompanhados de Documento de cadeia de Custódia que rastreie a amostra desde a coleta até a análise, emitido pelo laboratório responsável pela coleta e análise laboratorial. De acordo com a ABNT NBR 10004/2004, no laudo laboratorial deverá constar as seguintes informações: indicar a origem do rejeito, a descrição do processo de segregação, a descrição do critério adotado na escolha dos parâmetros a serem

analisados e a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do químico responsável das análises e emissão dos laudos.

1.3 - Apresentar relatório de análise conclusiva da qualidade das águas subterrâneas para a área onde estão localizadas as bacias 14, 15, 16, 17, acompanhada de mapa de localização dos pontos de amostragem, mapa potenciométrico perfeitamente legível, da área onde encontram-se instaladas as bacias de rejeito, esses laudos devem ser fornecidos por laboratório credenciado e independente com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Os parâmetros a serem analisados devem ser compatíveis com o rol definido pela Resolução CONAMA 396/2008, os resultados analíticos deverão ser acompanhados de Documento de Cadeia de Custódia desde a coleta até a análise emitido pelo laboratório responsável pela coleta e análise laboratorial.

2- As obrigações constantes no presente instrumento devem ser comprovadas junto ao órgão ambiental;

3- Caso se verifique a impossibilidade do cumprimento da avença no prazo estipulado, deve o interessado comunicar a Secretaria para que seja providenciada a readequação, que será analisada pelo setor técnico da Secretaria, que poderá estipular novos prazos para que o compromisso prossiga com a regularização ambiental da área, objeto do presente TAC;

4- A não apresentação dos esclarecimentos, estudos e relatórios de análise conclusivo, nos termos da Nota Técnica nº 28273/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA/2021, implicará na execução do termo, bem como em pagamento de multa constante da cláusula quarta do presente compromisso, suspensão do licenciamento ambiental e autuação pelo órgão fiscalizador.

5- Registrar o presente instrumento no Cartório de Registro de Notas competentes.

II. São deveres da COMPROMITENTE:

1- Incumbe à COMPROMITENTE autorizar a regularização da Licença de Operação para bacia de contenção de rejeitos, emitida nos autos do Processo nº 34079/2016, emitindo a licença somente após a assinatura de presente Termo de Compromisso, ressaltando-se sua prerrogativa de suspender o caso o COMPROMISSÁRIO viole algumas de suas cláusulas.

2- Realizar vistoria na área em que se encontra implementado o empreendimento.

QUARTA - DA INADIMPLÊNCIA.

O descumprimento, pelo COMPROMISSÁRIO, dos prazos e obrigações constantes deste Termo, importará na:

I - No caso de descumprimento deste termo de compromisso, o COMPROMISSÁRIO incorrerá na multa prevista no art.80 do Decreto Federal nº 6514/2008, que estabelece multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao mês por descumprimento;

II - Execução judicial do título, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis;

III - Este Termo de Compromisso não inibe ou impede que a COMPROMITENTE exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo;

IV - Este termo não impede a apuração, mediante processo administrativo perante esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, de infração ambiental evidenciada no exercício da atividade e posteriores ao presente instrumento, bem como não autoriza qualquer outra atividade sem o prévio e regular licenciamento.

QUINTA - DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA LICENÇA

I - A COMPROMITENTE poderá a qualquer tempo adotar as seguintes providências, sem prejuízo ao que dispõe o Art.19 da Resolução 237 do CONAMA:

1. REVISAR a licença de operação: a licença poderá ser alterada a critério do órgão ambiental, para promover adequação aos termos da Portaria nº 155/2016 da ANM/DNPM;

2. SUSPENDER: se por qualquer razão a ANM suspender as guias de utilização concedida ao empreendimento, automaticamente a licença de operação emitida pela COMPROMITENTE estará suspensa;

3. CANCELAR: caso seja detectado o cometimento de infração ambiental, especialmente restando evidencia fraude na cadeia produtiva, a licença será imediatamente cancelada.

SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

I - As eventuais penas pecuniárias e multas aplicadas ao COMPROMISSÁRIO serão revertidas para o Fundo Estadual de Meio Ambiente.

II - A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

III - A COMPROMITENTE poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais e cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas, que deverão ser atendidas pelos COMPROMISSÁRIOS no prazo fixado na notificação ou requisição.

IV - O COMPROMISSÁRIO se obriga a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

V - Não constituirá descumprimento do presente Termo a eventual inobservância pelos COMPROMISSÁRIOS de quaisquer prazos estabelecidos, desde que resultante de caso fortuito ou força maior conforme o capitulado no art. 393 da Lei 10.406/2002.

VI - Mediante o presente Termo, o COMPROMISSÁRIO admite expressamente que deverá apresentar os esclarecimentos, estudos e relatórios de análises conclusivos, nos termos da Nota Técnica nº 28273/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA/2021, no prazo de 30 (trinta) dias.

SÉTIMA - VIGÊNCIA

O presente termo produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência de 30 (trinta) dias.